



NARRATIVAS (DES)CONSTRUÍDAS COMO TAREFA POLÍTICA DA PESQUISA PARTICIPATIVA DECOLONIAL

*(UN)CONSTRUCTED NARRATIVES AS A POLITICAL TASK OF DECOLONIAL
PARTICIPATORY RESEARCH*

Roseane Amorim da Silva¹
Renata Paula dos Santos Moura²
Antonio César de Holanda Santos³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre questões epistêmico-metodológicas na construção de narrativas com enfoque na decolonialidade em pesquisas participativas. Situamos nossas reflexões a partir de três pesquisas realizadas no processo de doutorado, de duas pesquisadoras e um pesquisador que fazem parte de Instituições diferentes, mas participam do mesmo grupo de pesquisa – GEPCOL-UFPE, o mesmo GT da ANPEPP, e desenvolveram seus estudos com foco nas narrativas das juventudes. Destacamos nesses estudos, que para a execução de pesquisas participativas que buscam construir narrativas é necessário à emergência de um caminho alternativo aos modelos hegemônicos, o que requer uma mudança de postura da/o pesquisadora/or, no sentido de que essa/e considere os marcadores sociais que lhe constituem na relação com as/os participantes e na construção das informações. É necessário também o uso de referenciais epistêmicos metodológicos que possibilitem a valorização das experiências dos sujeitos, que permitam que essas/es fale(m), sejam ouvidas/os e tenham suas vozes visibilizadas nos textos. Consideramos que a narrativa é política por se fazer compartilhada, por buscar visibilizar as situações de opressão e desigualdades na sociedade, e também por contribuir na construção de práticas decoloniais e da resistência.

Palavras-chave: Pesquisa participativa; narrativas; questões epistêmico-metodológicas; decolonialidade.

Abstract

The present article aims to reflect on epistemic-methodological issues in the construction of narratives with a focus on decoloniality in participatory research. We place our reflections based on three researches carried out in the doctoral process, of two researchers and one researcher who are part of different Institutions, but participate in the same research group - GEPCOL-UFPE, the same GT-ANPEPP, and developed their studies with a focus on youth narratives. We highlight in these studies that for the execution of participatory research that seeks to build narratives, it is necessary to the emergence of an alternative path to hegemonic models, which requires a change in the researcher's posture, in the sense this considers the social markers that constitute it in the relationship with the participants and in the construction of information. It is also necessary to use methodological epistemic references that make it possible to value the experiences of the subjects, that allow them to speak, to be heard, and to have their voices visible in the texts. We believe that the narrative is political for being shared, for seeking to make visible the situations of oppression and inequality in society, and also for contributing to the construction of decolonial practices and resistance.

Keywords: Participatory research; narratives; epistemic-methodological issues; decoloniality

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco. Brasil. E-mail: roseaneamorims@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5217-8834>

² Escola Técnica Estadual Professor Antônio Carlos Gomes da Costa da rede de Pernambuco - ETEPAC/PE. Brasil. E-mail: repaulasmoura@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3832-521X>

³ Universidade Federal de Alagoas. Brasil. E-mail: cesarholanda@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9516-7035>

INTRODUÇÃO

Neste estudo defendemos que uma pesquisa participativa decolonial valoriza a experiência das/os participantes e permite que os aspectos formativos da relação pesquisadora/or - participante e dos acontecimentos possam emergir de maneira fluida. É uma relação de afinidade construída no decorrer dos (des)encontros justamente porque a/o pesquisadora/or não tem como evitar a imersão e, conseqüentemente, não pode prever a compreensão que terá dessa trajetória de pesquisa (Galvão, 2005). O artigo tem como objetivo refletir sobre questões epistêmico-metodológicas na construção de narrativas com enfoque na decolonialidade em pesquisas participativas.

Para Fine e Fox (2013) a pesquisa participativa encoraja as/os participantes a se envolverem de forma ativa na produção do estudo considerando as etapas e os desafios, já que estas/es são corresponsáveis e coautoras/es ao longo do percurso. Sendo assim, a pesquisa é uma possibilidade de produção de dados centrada no sujeito, notadamente individual e mais autônoma possível, que se localiza no espaço “intersubjetivo” entre pesquisadora/o, participante e o campo de estudo.

As narrativas trazem a potência do discurso intrinsecamente atrelado às experiências de recontar um determinado fato, um acontecimento ou uma história de vida trazendo uma perspectiva de aprendizagem a partir da prática das mesmas, já que nesse processo de recordação o sujeito preza pelo que mais importa ser transmitido às/aos outras/os como ensinamento (Amorim & Pádua, 2010). Reviver a experiência e trazer essa memória viva, constitui para a pesquisa um movimento potente e relacional entre as/os participantes do estudo e a/o pesquisadora/or.

É do nosso interesse trazer reflexões sobre os percursos de (re)elaboração das narrativas com enfoque nas pesquisas participativas realizadas e nas trajetórias formativas enquanto pesquisadoras/es. Os estudos aqui tratados dialogam com questões epistêmico-metodológicas decoloniais que, mais do que um novo olhar epistemológico, reivindicam reposicionamentos refletindo sobre problemas que impactam no mundo contemporâneo. A pesquisa participativa é uma pesquisa implicada e posicionada, um exercício político e também se contrapõe diretamente à edificação violenta de um padrão de poder instaurado com o colonialismo moderno (Alcântara, 2018).

Somos duas pesquisadoras e um pesquisador de três instituições diferentes (Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal de Alagoas e Escola Técnica Estadual Professor Antônio Carlos Gomes da Costa, localizada em Pernambuco) e temos como ponto em comum a vinculação a dois grupos: o GT sobre Juventude e Pesquisas Participativas, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP); e o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPOL), que foi fundado em 2006 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e congrega estudantes da graduação, pós-graduação, docentes e pesquisadores/as das áreas de ciências humanas e sociais aplicadas.

Em nossas pesquisas realizadas no processo de doutorado junto ao GEPOL/UFPE, as narrativas foram construídas de forma contextualizada, circunscritas aos marcadores sociais que constituem as juventudes, sobretudo as/os jovens pobres e periféricas/os. Na pesquisa realizada por Renata Moura (2020), mulher, feminista, branca, cissexual, nordestina, pedagoga, doutora em Educação, professora que atua e defende no/o ensino público, foram construídas narrativas através de uma pesquisa participativa (Fine & Fox, 2013) com jovens que vivenciaram as ocupações nas escolas públicas na Região Metropolitana do Recife.

No estudo mencionado, refletimos sobre como as narrativas, a partir de uma perspectiva decolonial, podem ser construídas junto aos/às participantes. O enfoque foi nas/os Ocupas (jovens estudantes participantes da pesquisa que vivenciaram as ocupações secundaristas e foram assim nomeados) que são compreendidas/os como “sujeito da política” e a ocupação como uma experiência micropolítica. Neste artigo, visibilizamos as idas e vindas no campo de pesquisa e as possibilidades de construção de uma narrativa política decolonial com essas/es jovens.

A pesquisa realizada por Roseane Silva (2019), mulher, feminista, negra, cissexual, natural do interior do nordeste, docente de uma Instituição pública do interior de Pernambuco, foi desenvolvida com jovens de diferentes territórios: quilombolas rurais e moradores da periferia urbana do interior de Pernambuco. Buscamos conhecer as desigualdades sociais e os modos de resistências construídos pelas/os jovens. Realizamos uma pesquisa decolonial e feminista, que possibilitou uma aproximação com as/os participantes e junto as/aos mesmas/os construímos narrativas sobre: ser jovem pobre, negra/o, quilombola; jovem pobre da periferia.

Discutimos também sobre as práticas de lazer, as vivências relacionadas ao processo de escolarização, ao trabalho na informalidade, situações de preconceito e discriminação de raça, etnia, gênero, projetos de vida, e modos de enfrentar e resistir às diversas situações que atravessam e constituem as juventudes. Consideramos na pesquisa as/os jovens como sujeitos políticos, pois a partir do que afirma bell hooks (1984, p. 42) essas/es “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, nomear suas histórias”. A partir desse estudo, no presente artigo refletimos sobre a relação da pesquisadora com as/os participantes e o uso de métodos de pesquisa que possibilitam a construção de narrativas decoloniais.

E a outra pesquisa foi realizada por Antonio Santos (2020), homem, cisgênero, negro, homossexual, paulista, residente em Alagoas há 24 anos e professor de universidade pública. O estudo problematizou as formas de resistência de jovens homens homossexuais rurais no agreste alagoano, residentes em localidades urbanas e rurais. Buscamos a enunciação deles com narrativas produtoras de informações a partir de entrevistas e roda de conversa repleta de performances, estilística afeminada, debates e poesias. Atuamos para o reconhecimento e visibilização das formas particulares de saber desses jovens, pois os espaços criados nos campos de pesquisa se constituíram como momentos de privilégio epistemológico (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016). A partir desse estudo, discutimos sobre a função das narrativas e das devolutivas enquanto tarefas políticas, considerando a interlocução com as/os jovens.

Observamos uma crescente expansão de estudos que buscam visibilizar, sobretudo, vozes excluídas, marginalizadas e, assentadas historicamente e politicamente em bordas hierarquicamente arranjadas, onde determinados grupos são autorizados a falar em detrimento de outros. Desse modo, enfatizamos a reflexão dos efeitos da colonialidade na construção das pesquisas, ou seja, trata-se também de compreender os lugares ocupados de subalternização, a invisibilidade e a negação das especificidades que constroem as juventudes.

Nesse contexto enfatizamos a importância de visibilizar as vozes das/os participantes, uma vez que as nossas estratégias de co-construção de informações e instrumentos possibilitaram uma melhor compreensão das narrativas. Meihy e Holanda (2015) dizem que as minorias culturais e discriminadas, principalmente de: mulheres, quilombolas, índios, homossexuais, negros, desempregadas/os, pessoas com deficiências, moradoras/es de periferias, migrantes, imigrantes e exilados, têm encontrado espaço para validar as suas experiências, a partir da narração de suas histórias, dando sentido social aos momentos vividos a partir de diferentes circunstâncias. Acrescentamos que além de validar suas experiências, reencontram sua cidadania e dignidade enquanto sujeitos políticos.

Vamos abordar ao longo deste texto que se faz necessário também um olhar, uma escuta, uma presença cuidadosa e ética das/os pesquisadoras/es. Fizemos o uso de recursos que enfatizaram, sobretudo, as narrativas e os posicionamentos diante de questões referentes a cada pesquisa mencionada anteriormente. Os olhares são plurais e atrelados a visão de mundo dos indivíduos e da realidade sociopolítica do contexto dos estudos.

REFLEXÕES EPISTÊMICO-METODOLÓGICAS DECOLONIAIS NA CONSTRUÇÃO DE PESQUISAS PARTICIPATIVAS

Conceber uma pesquisa participativa requer avaliar como diversos pressupostos perpassaram cada momento dos nossos estudos. Sob o fundamento da decolonialidade, vamos abordar algumas concepções, desafios, limites e possibilidades desse processo. Buscamos atuar sob a luz da pesquisa cuidadosa, que é “aquela que não descuida do que pesa sobre as decisões que, como cientistas sociais, tomamos antes, durante e depois de ir ao campo” (Marques & Genro, 2016, p. 327). Consideramos que a reflexividade e a flexibilidade foram atitudes constantes nos estudos aqui discutidos.

Os pressupostos modernos/coloniais influenciam alguns dos procedimentos e concepções na feitura das pesquisas. Assim, é importante entender que a colonialidade corresponde à manutenção da lógica global de desumanização, com ou sem colônias (Maldonado-Torres, 2019), e se diferencia do colonialismo, que significa “a formação histórica dos territórios coloniais” (Maldonado-Torres, 2019, p. 35), condição sine qua non para a formação da modernidade (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016).

A colonialidade designa também fenômenos que são consequência do colonialismo em si e sobrevivem a ele, uma vez que a dominação cultural rouba dos sujeitos sua própria subjetividade, colocando-os em lugar de inferioridade frente às/aos brancas/os, considerados civilizados. Maria Lugones (2014a, p. 936) nos diz que a colonialidade é composta por “uma hierarquia dicotômica entre humano e não humano” que é central na modernidade colonial. Faz parte dessa lógica as ideias de: moderno, que se refere a colonialidade normativa; não-moderno, que corresponde ao decolonial ou não colonial, negados sistematicamente; e o pré-moderno, que configura a classificação dos sujeitos decoloniais como abaixo do moderno, conforme afirma Lugones (2014a) a partir de Aparício e Blaser.

Um modo recorrente de referência e caracterização do movimento decolonial com suas especificidades é a expressão “giro decolonial”, que não deve ser compreendida apenas como uma proposta teórica, mas como “movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (Mignolo, 2008, p. 249). Para Grosfoguel e Mignolo (2008, p.34, trad. nossa) “quando dizemos ‘descolonialidade’ queremos dizer o terceiro termo do complexo modernidade/colonialidade/decolonialidade, queremos dizer de um tipo de atividade (pensamento, giro, escolha), de confronto com a retórica da modernidade e da lógica da colonialidade”.

Há quatro desdobramentos da colonialidade e um deles é a colonialidade do poder, concebida como a continuidade das formas coloniais de dominação, no âmbito material e subjetivo, mesmo com o fim da colonização. A colonialidade do poder (Quijano, 2005), para além da opressão concreta, implicou a subjugação das tradições dos povos originários e daqueles que foram trazidos como escravos, seja pelo extermínio das tradições, seja pelo seu forte rebaixamento valorativo, colocadas em um nível de inferioridade diante da tradição europeia (Alves & Delmondez, 2015).

A colonialidade também se desdobra em: colonialidade do saber, que opera a subjugação histórica dos seres humanos, a partir da criação da diferença colonial epistêmica, eurocêntrica e geopolítica do conhecimento, em articulação com o racismo, sexismo e universalismo (Ballestrin, 2013); a colonialidade do ser, que se configura nas subjetivações do sujeito colonial na modernidade (Maldonado-Torres, 2019); ea colonialidade de gênero (Lugones, 2014b), que é a introdução capitalista eurocêntrica de diferenças de gênero nas colônias, onde anteriormente não havia diferenças. Assim, o sistema-mundo forja um sujeito epistêmico neutro, onde mulheres negras e indígenas foram categorizadas como fêmeas, em virtude do processo de redução ou eliminação de suas humanidades (Lugones, 2014a).

A perspectiva epistemológica da decolonialidade tem sua origem na América Latina, é marcada pela interdisciplinaridade e pela pluralidade, o que faz com que existam divergências entre as/os estudiosas/os da mesma. Mas há um fio condutor que conecta as/os interessadas/os, e permitiu a consolidação do pensamento decolonial como um campo próprio. Entre os pressupostos cabe destacar, o deslocamento do início da modernidade do século XVII e XVIII para o final do século XV, em segundo lugar a compreensão de que a modernidade possui uma face oculta e violenta, a colonialidade. Em terceiro, uma crítica ao eurocentrismo da modernidade e da pós-modernidade, propondo um projeto de uma sociedade que se ancora na realização do direito à diferença e à igualdade (Carvalho, 2020).

Diferente da descolonização, que se refere aos momentos históricos de insurgência contra o colonialismo, a decolonialidade se constitui como uma práxis que afirma outros saberes originários subjugados, para além da academia (Maldonado-Torres, 2019). Trata-se de uma práxis viabilizadora de histórias e narrativas com diversas dobras, que se deram e se dão a partir de sociabilidades que mantiveram práticas e conhecimentos a despeito da imposição colonial (Santos, 2020). Maldonado-Torres (2019) defende a decolonialidade como um projeto, pautado pela atitude decolonial, na qual o sujeito constrói uma reorientação em relação ao saber, poder e ser, e aqui incluímos também a colonialidade de gênero.

Nessa perspectiva, Kilomba (2019) fala sobre a importância de uma desobediência epistêmica, pois sem essa não há contraposição a colonialidade, e não havendo isso, não há contraposição às múltiplas relações desiguais e discriminatórias na sociedade. “A desobediência epistêmica é capaz de nos colocar num movimento de refazer caminhos, desconstruir saberes e questionar alguns ‘achados’ em nossas pesquisas” (Santos, 2018, p. 7). A mesma é também “indispensável à crítica feminista à ciência, convoca-nos a uma abordagem em nossas pesquisas, capaz de, num momento inicial, permitir-nos perceber aquilo que nossa formação teórico metodológica norte-americana e eurocentrada desconsidera” (Santos, 2018, p. 7). No próximo tópico abordaremos as tentativas realizadas em nossos estudos na busca de nos contrapormos a colonialidade.

A RELAÇÃO DA/O PESQUISADORA/OR COM AS/OS PARTICIPANTES E AS EXPERIÊNCIAS QUE COMPÕEM A PESQUISA E A ESCRITA

Uma das inquietações da/o pesquisadora/or em uma pesquisa participante decolonial é: como habitarmos os campos de pesquisa? Pois, nesse tipo de pesquisa, tanto a subjetividade da/o pesquisadora/or quanto da/o participante precisa ser considerada e observada. A postura e o papel da/o pesquisadora/or necessitam de atenção particular, visto que o estudo participativo deve ser entendido como uma prática social. Desse modo, como posicionamento em face dessa postura, a autoconsciência e a reflexividade são condições indispensáveis (Nogueira,

2001).

Estivemos atentas/os aos marcadores sociais que nos constituem enquanto pesquisadoras/es (gênero, geração, cor da pele, lugar de moradia, orientação sexual, posição acadêmica, entre outros) e os efeitos dos mesmos na relação com as/os participantes. Na construção de nossas pesquisas, antes mesmo de iniciarmos nossas imersões nos campos estudados, buscamos refletir sobre: como visibilizar as vozes das/os participantes? Como não apenas representá-las nos textos? Como criar espaços e formas dessas vozes serem ouvidas? Das narrativas serem construídas?

Na pesquisa participativa decolonial ressaltamos as vozes das/os participantes e procuramos quase que incansavelmente romper com a hierarquização presente tradicionalmente na academia. Uma pesquisa com implicação entre a/o participante e a/o pesquisadora/or se constitui em um exercício desafiador, já que enfoca também nas relações interpessoais buscando compreender, acessar e contextualizar as experiências destas/es e construir uma ponte, um elo, um vínculo. Oliveira, Almeida e Oliveira (2019, p. 108), chamam atenção para o fato de que:

o colonialismo invisível se reproduz nos encontros. Como uma força, presentifica-se em atitudes, relações, políticas, ações do Estado sobre os sujeitos e entre os atores de uma comunidade. O ato de pesquisar no Brasil, e, no contexto Latino-americano em geral, está impregnado dele.

Para que essa reprodução não aconteça é preciso transformar o modo de se relacionar com as/os outras/os, os territórios e a própria vida, o que não é uma tarefa fácil para a/o pesquisadora/or. A partir das reflexões acima, estivemos atentas/os a algumas dessas questões. Na pesquisa realizada por Roseane Silva (2019) em comunidades quilombolas de Garanhuns/PE, no momento em que iniciou nossa inserção no campo e dissemos que estávamos realizando uma pesquisa, uma jovem narrou: “não sei falar sobre essas coisas, estudei muito pouco”. Em outro momento, uma mulher adulta durante nossas conversas com as/os moradoras/es, disse: “eu não tenho estudo, não sei dizer nada interessante”.

Quando escutamos os discursos expostos acima, observamos que as participantes nos colocavam em um lugar hierarquicamente superior às mesmas, porque nós “temos estudo”. Essas narrativas nos chamaram muita atenção, pois atualizaram o quanto as relações de poder-saber estão presentes no ato de pesquisar e a perspectiva decolonial nos convidou a observar essas relações. Estávamos cientes do lugar que ocupamos, o que fazia com que inclusive surgissem esses discursos. E em momentos como esse dizíamos as/aos participantes que nos interessava conhecer as histórias e as experiências das pessoas das comunidades estudadas, pois essas não estavam escritas em nenhum lugar.

Com os discursos acima pensamos também nos efeitos das práticas colonizadoras que desvalorizam e diminuem cotidianamente a importância dos saberes populares, que enaltecem a academia, que impõem novas culturas, e modos de ser, para silenciar e aniquilar os povos tradicionais e os menos favorecidos economicamente, a maioria negras/os. Entendemos colonização a partir do que ressalta Santos (2015, p. 47-48), que diz de “todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação, substituição de uma cultura por outra independente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra”, ou seja, o apagamento das culturas, da oralidade, das crenças, costumes, da linguagem, da tradição.

Estivemos atentas/os a todas essas questões, mas sabemos que as armadilhas do colonialismo são muitas e acontecem de modo muito sutis, de forma que não podemos afirmar que não colaboramos com as práticas colonizadoras, mesmo nos posicionando contra as mesmas e lutando para que estas não estejam presentes em

nossas produções. Vale lembrarmos que o modo como se nomeia o outro (participantes, informantes), já marca uma diferença de lugar e de posição que pode fixar categorizações colonizadoras, sendo assim é relevante desnaturalizar e colocar em problematização, principalmente, o que parece banal na realização de uma pesquisa.

É importante refletir também que a pesquisa é constituída por várias dimensões: a academia, o campo de pesquisa, a forma como a/o pesquisadora/or se relaciona com as/os participantes, a bibliografia, os métodos de pesquisa e outros tantos diversos elementos. Concordamos com Jesus (2020, p. 624) que realizar uma pesquisa participante com narrativas políticas exige: “reterritorializar e atualizar narrativas implicadas sobre memória, cultura, nossos saberes, nossas histórias, nossa fé, e nossas identidades. As diversas formas de memória e de narração de si, em suas múltiplas linguagens, e por meio de variadas tecnologias”.

Entre as muitas dimensões da pesquisa, é importante destacarmos também os métodos usados na construção de informações, qualquer método dependendo de como seja construído e utilizado pode funcionar como uma tecnologia de opressão, mas temos optado por usar os que favorecem a fala das/os participantes, que possibilitam espaços para que essas/es reflitam e narrem suas histórias, e ao ouvir as narrativas construídas, essas possam funcionar como resistência em relação às desigualdades de gênero, geração, classe, raça, etnia, sexualidade, entre outras impostas pela sociedade.

Percebemos as potencialidades das narrativas (orais e escritas), e em uma pesquisa participativa é importante contar com o auxílio de instrumentos que se articulem aos objetivos da pesquisa ou que surjam no tocante das relações e experiências do/no campo. Assim, alguns dos métodos que temos utilizado são: oficinas, rodas de conversa, observação em campo, conversas, entre outros. Consideramos as conversas protagonistas relevantes na produção de nossas informações, como “um passo importante para a valorização dos lugares de vivências, de alteridade, de diversidade, de diálogo e de encontro”. (Batista, Bernardes & Menegon, 2014, p. 100).

Ressaltamos ainda, a importância da realização de pesquisas cuidadosas, construídas a partir da ética do cuidado e de uma abertura à escuta, pois a atitude e a forma como nos posicionamos para escutar são primordiais. Durante todo o processo de pesquisa estivemos atentas/os às informações construídas, a partir também de reflexões despertadas através da narrativa realizada por Marques e Genro (2016), sobre a experiência com o Cacique Vherá Poty, quando este explicava as/aos estudantes e funcionários da UFRGS, as distintas raízes de alma que poderiam ter os seres humanos. Nesse momento todas/os acenavam com as cabeças em sinal de que estavam compreendendo. Ao perceber esse movimento, Vherá não hesitou em suspender a fala e dirigir-se ao grupo com os seguintes termos:

Parem de dizer que entenderam. Estamos falando de algo difícil, profundo, que não pode ser entendido assim tão rápido. Escutem uma vez e pensarão que entenderam. Escutem outra e verão que há um elemento fora do lugar. Escutem uma terceira e perceberão que há mais coisas que não se encaixam. Na quarta vez verão que não haviam entendido nada. Talvez na quinta possam começar de novo (Idem, p. 332).

Em nossas pesquisas buscamos realizar esse movimento de uma escuta cuidadosa, mas cientes do que afirmou o cacique: alguns elementos ficam fora do lugar da nossa compreensão. Ressaltamos que independente das escolhas metodológicas e trilhas percorridas por trás de elaborações textuais, a análise não dará conta de trazer essas narrativas da forma como foram fielmente experienciadas.

Consideramos a construção de narrativas nesse processo de estabelecer uma relação com as/os participantes baseada na ética do cuidado, como um potente elemento contra colonizador, e compreendemos “por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (Santos, 2015, p. 48).

O colonialismo criou narrativas para que histórias e saberes sejam silenciados, desautorizados epistemicamente, enquanto os conhecimentos eurocêntricos têm sido fortalecidos. Assim, na pesquisa decolonial consideramos a importância da construção de narrativas que valorizem as experiências dos sujeitos, em que os povos tradicionais, e os que estão em uma condição de subalternidade devido às desigualdades e opressões sociais, falem de suas vivências, histórias e saberes.

Castro e Mayorga (2019, p. 11) chamam atenção para a importância de “nos direcionarmos a um projeto ético no qual rompamos com o pacto da desumanização imposto pela colonização europeia, que transformou vozes potentes em ruídos, por vezes, inaudíveis”. As narrativas podem contribuir para a re-existência, os atos de questionamento, de indignação, de busca por mudança, de subversão das normas e regras que oprimem e subalternizam os sujeitos, e também para denunciar formas de violência, discriminação e opressão. É imprescindível em uma pesquisa decolonial manifestar um posicionamento ético-político, pois este é inerente ao próprio ato de pesquisar.

No que se refere ao processo de análise das informações construídas, procuramos realizar uma interpretação compreensiva, por isso, a parte descritiva da metodologia requer uma escrita detalhada. Por exemplo, os registros do diário de campo trazem episódios a serem revisitados, esse é um exercício fundamental para a/o pesquisadora/or que busca desenvolver um trabalho contra colonial. A escrita e as reflexões devem ser construídas para além de uma análise nos moldes tradicionais, atentas às linguagens que podem desqualificar o que “deve ser dito” e “como”, em prol de supervalorizar a narrativa acadêmica.

A pesquisa realizada por Renata Moura (2020) refletiu “com” jovens as ocupações e as relações (des)construídas com a escola - que acionamos a partir das narrativas dessas/es diante do que vivenciaram nas ocupações, reflexões sobre a escola e a comunidade escolar. É importante trazer que houve muita dificuldade em localizar essas/esses estudantes devido às suas demandas de vida, os silenciamentos, violências e até prisões, como relataram as/os jovens que de algum modo vivenciaram as ocupações estudantis. Vimos que as tentativas de silenciamentos das/os jovens também produziram uma outra narrativa de marginalização, na busca de apagar as ocupações secundaristas, e isso nos mobilizou ainda mais a realizar um estudo decolonial para acessar e/ou construir a memória do movimento.

É importante enfatizar que a literatura sobre processos de pesquisa participativa enfatiza a indução de mudanças sociais preconizando a intervenção via pares multiplicadores como uma das mais potentes formas de mobilização coletiva, uma vez que viabiliza reconhecimentos recíprocos entre a equipe de trabalho e os sujeitos pesquisados ou comunidades (Parker, 1998; Paiva, 2002).

As narrativas produzem resistências e essas reverberam também no grupo junto aos pares. Um dos jovens que vivenciou a ocupação colocou que a partir da sua experiência nesta manifestação começou a refletir sobre a participação política na escola e como ainda temos, em muitas instituições, uma relação professor-estudante baseada em uma prática tradicional e hierarquizada de educação. Ele narrou:

O meu ensino médio foi salvo por isso! E a gente hoje tem uma escola que é muito quadrada . . . Tá lá o professor na frente . . . e a gente tem que aprender assim e assim. Muitas escolas, às vezes, a gente nem pode levantar a mão pra perguntar . . . Então a ocupação eu acho que abriu muito a cabeça de muitos jovens, sabe? A minha principalmente . . .

Ao narrar essa experiência e reflexões a partir da ocupação, ele ressalta o quanto as escolas precisam dialogar com as juventudes. É de suma importância que a educação seja vivenciada como objeto de mudanças e seja um ato político, e libertador. É imprescindível que a escola seja um lugar que proporcione autonomia, reflexão, libertação e sensibilização política para crianças e jovens (Freire, 1998). Refletimos junto as/os jovens sobre a potência política de uma narrativa, os discursos que as/os participantes reverberam, os silêncios presentes no campo que precisam de atenção e os territórios transitados ao longo do (re)desenho da pesquisa.

Na pesquisa participativa decolonial em alguns momentos nos questionamos e somos questionadas/os, acionamos subjetividades, identificamos temáticas que por vezes se configuraram como violências, ou transitaram por vivências que mexeram com as/os participantes e a/o pesquisadora/or, deslocando para outras questões e ações não pensadas no planejamento da pesquisa. É o campo, a relação entre pesquisadora/or e participantes e o referencial epistêmico-metodológico que permitirão trilhar este processo, acessar e construir alguns caminhos e narrativas.

QUAIS AS NOSSAS TAREFAS POLÍTICAS COM AS NARRATIVAS?

Essas tarefas políticas podem ser diversas, mas aqui vamos nos ater a coalizão-em-processo, conforme debate Lugones (2014a) ao tratar sobre resistência. A pesquisa de Antonio Santos (2020) investigou as subjetivações da sexualidade de jovens homens homossexuais rurais do semiárido alagoano, suas formas de resistência e seus modos de vida. Denominamos esse estudo como processo decolonizante de pesquisa, onde transitamos entre o fazer metodológico sob a perspectiva da colonialidade e as iniciativas e movimentações que consideramos como decoloniais.

Na pesquisa mencionada acima, construímos informações em uma roda de conversa e utilizamos uma caixa de entrevistas com imagens disparadoras de conversas, a qual consideramos “uma caixa para sair da caixa”, pois esse recurso destravou o diálogo e possibilitou a construção de narrativas. Focamos em trazer os relatos desses jovens da forma mais fiel possível, e também nos posicionamos diante deles.

Ao trazer e tecer as narrativas, evidenciamos enunciações de jovens homens rurais homossexuais que expuseram suas subalternidades e também suas potencialidades. Pesquisadores e participantes foram pautados pela coalizão-em-processo que, segundo Lugones (2014a), é a prevalência das nossas afirmações a partir de relações que desafiam as dicotomias das colonialidades. Essa coalizão se dá sob a perspectiva de ser-sendo-em-processo, na qual focamos o autoconhecimento e reavaliação constante da nossa práxis, observando o quanto e como reproduzimos colonialidades.

Nesse contexto, uma tarefa importante foi evidenciar as enunciações mútuas, principalmente dos participantes, a partir das coalizões e do reconhecimento do pensamento de fronteira (Lugones, 2014a), que significa a enunciação do sujeito pelo próprio sujeito, considerando sua subalternidade, superando, reformulando e transcendendo a diferença colonial, quando ocorre a restituição do saber subalterno (Santos, 2020). A construção do pensamento de fronteira significa tecer narrativas considerando o momentâneo privilégio de sujeitos subalternos na construção de

seus saberes e suas trajetórias.

Durante a roda de conversa, um dos participantes nos disse: “não serei somente resistência. Serei deboche também, que fique bem claro. Meu armário está vazio, se quiser entre nele”. Aqui compreendemos que o papel político de sua narrativa nos implica enquanto pesquisadoras/es, comunidade e sociedade. Além do discurso dele e da nossa escrita, sua narrativa está atrelada ao vivido, compondo o rol de posicionamentos desses jovens que: andaram de salto alto pela escola; na roda de conversa performaram uma dança na qual amarraram todos os jovens afeminados e deitaram o jovem homossexual mais masculinizado; que trataram da indissociabilidade entre raça e homossexualidade; que trouxeram em poesia as dificuldades de beijar outros homens publicamente, mas que ainda assim o faziam; entre diversas narrativas subalternas e potentes.

Essas enunciações e/ou atos se desdobraram em narrativas com a tarefa política de implicar a partir da afetação, inclusive através da tessitura e publicação deste artigo. Essas vivências e memórias foram elementos de produção de narrativas afirmadoras e construtoras de saberes, e esse processo se coaduna com o entendimento de Jesus (2020), de que a memória é um elemento formativo do coletivo e da identidade, que se materializa em narrativas que fazem parte de um processo complexo de descolonização do conhecimento. Assim, entendemos que as enunciações de si presentes nas escritas e nas performances feitas em coalizões entre pesquisadora/or e participantes caracterizam um

ciclo de implicação-legitimação-autorização, um processo (re)ge(ne)rador de conhecimentos e identidades . . . que se amplia do cotidiano, em suas ambiências socioculturais e políticas, para as ciências, e todos os outros processos sócio-históricos nos quais interagimos e que nos afetam (Jesus, 2020, p. 614).

Esse entendimento representa o privilégio epistêmico (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016) na pesquisa participativa decolonial, onde as/os participantes têm a tarefa de criar narrativas que afirmem e tornem visíveis pessoas, evocando memórias antes violentamente invisibilizadas e inviabilizadas por terceiros.

A nossa escrita e sua publicização tem a tarefa política de se contrapor ao discurso hegemônico conformador de padrões e outras lógicas que nos colocam num lugar aquém. Nossa narrativa é política por se fazer em coalizões com papéis distintos, mas caracterizadas como um levante mútuo, onde a/o participante confia e torce por nossa escrita no mundo, assim como confiamos e visibilizamos também a escrita dela/e no, com e para o mundo.

Evidenciamos também a devolutiva de uma pesquisa decolonial como uma tarefa política. Assim, é importante lembrarmos que ao compartilharmos o trabalho com as/os participantes precisamos trazer à tona uma “nova escrita”, que não fica presa apenas aos trechos de falas transcritas que por vezes são apresentados de maneira fragmentada e no formato acadêmico. Precisamos contextualizar, trazendo a organização das informações construídas de forma didática e objetiva com o grupo que construiu o estudo.

Fizemos um encontro para a devolutiva da pesquisa realizada por Roseane Silva (2019) nas comunidades quilombolas, já mencionada anteriormente, e participaram vários jovens moradoras/es das mesmas. O que temos para conversar com elas/es não foi esgotado nesse encontro, ainda há muito a ser discutido e construído, mas precisávamos começar a fazer algo com as informações construídas, algo extramuros da Universidade. Precisávamos, de alguma forma, dar um retorno para aquelas/es jovens sobre a importância que elas/es tiveram na produção das narrativas, e refletirmos juntas/os sobre as formas de resistência às opressões e desigualdades sociais.

O movimento da devolutiva, retornar para o campo, consiste em um compromisso ético-político de pôr em circulação o conhecimento produzido pela academia para além de seus muros e das/os leitoras/es deste meio. Além

disso, é uma oportunidade de continuarmos nos interrogando, junto com a/o outra/o sobre quem somos e que narrativas desejamos coproduzir. Dessa maneira, o fazer da devolutiva é pulsante para ambas as partes e tem potência para tensionar práxis hegemônicas no sentido de construir práticas e saberes decoloniais (Silva et al, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização de pesquisas que buscam construir narrativas é necessário à emergência de um caminho alternativo aos modelos hegemônicos. Isso requer uma mudança de postura da/o pesquisadora/or no sentido de que essa/e considere os marcadores sociais que lhe constituem, e a relação com as/os participantes na construção das informações. Assim como as relações de poder presentes no ato de nomear pesquisadora/or e participantes.

É necessário também o uso de referenciais epistêmicos metodológicos que possibilitem a valorização das experiências dos sujeitos, que permitam que essas/es falem, sejam ouvidas/os e tenham suas vozes visibilizadas nos textos. Mesmo quando as narrativas construídas saem da compreensão das/os pesquisadoras/es, estas/es precisam considerar que muitas coisas poderão ficar fora de suas compreensões, pois são muito particulares a quem vivencia e está narrando, o que diz da ética do cuidado e da importância de uma pesquisa cuidadosa, que já fizemos referência anteriormente no texto.

Portanto, refletimos que a atividade narrativa permite a/ao participante na pesquisa uma reflexão para além do lugar que ocupa em sua trajetória e por vezes, uma restituição do que ela/e defende enquanto “verdade”, o que possibilita ressignificações e reposicionamentos sócio-políticos. Sendo assim, a pesquisa participativa proporciona a autoria da própria história das/os envolvidas/os, e esse aspecto é algo primordial na continuidade da formação de cada indivíduo. Uma/um participante pode se reconhecer, se identificar, se estranhar, entre outras possibilidades, a partir de cada novo(des)encontro com as reflexões suscitadas pela pesquisa.

Logo, enfatizamos um método dedicado às individualidades e as pluralidades de se fazer pesquisa participativa decolonial com jovens. E apesar do desafio que é “romper as amarras” epistêmico-metodológicas vivenciadas na academia, esperamos ir além, buscando efetivar as tarefas políticas da narrativa. Sendo assim, ressaltamos a importância da enunciação das/os participantes na construção de informações, a publicização das afirmações de si, e o processo de devolutiva. Acreditamos em uma pesquisa implicada, que lida com o ato de produzir e escrever como resistência e também como posicionamento político.

REFERÊNCIAS

- Alves, C. & Delmondez, P. (2015). Contribuições do pensamento decolonial à Psicologia Política. **Revista Psicologia Política**, 15(34), 647-661. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434404>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.
- Alcântara, C. N. (2018). O Decolonial na pesquisa em artes no Brasil [online]. SciELO em Perspectiva: **Humanas**. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2018/10/23/o-decolonial-na-pesquisa-em-artes-no-brasil/>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

- Amorim, S. & Pádua, K. C. (2010). Explorando narrativas: algumas reflexões sobre suas possibilidades na pesquisa. In: Campos, R. C. P. R. de (Org.). **Pesquisa, Educação e Formação Humana: nos trilhos da História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. de Ciênc. Polít.**, Brasília, v.11, p. 89-117. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-33522013000200004&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 03 de maio de 2021.
- Batista, N. C. S.; Bernardes, J. & Menegon, V. M. (2014). Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: Spink, M. J., et al (ORGs.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando Ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (publicação virtual), pp.97-122.
- Bernardino-Costa, J. & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. **Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00015.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2021.
- Carvalho, K. M. de. (2021). A utopia decolonial: o projeto transmoderno, pluriversal e o direito à diferença de igualdade. **PerCursos**, 21(47), 130 - 152. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1984724621472020130>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2021.
- Castro, R. D. de; Mayorga, C. (2019). Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. In: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. 14(3), São João del-Rei, julho-setembro. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000300011&lng=pt&lng=pt. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.
- Fine, M.; Fox, M. (2013). A Prática da Liberdade: Pesquisa de Ação Participativa da Juventude para a Justiça na Educação. In: Menezes, J. de A.; Costa, M. R. & SANTOS, T. C. dos S. **JUBRA: territórios interculturais de juventude**. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Freire, P. (1998). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Galvão, C. (2005). Narrativas em Educação. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 2, p. 327-345. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v11n2/12.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.
- Grosfoguel, R.; Mignolo, W. (2008). Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. In: **Tabula Rasa**. Nº. 9: 29-37, julio-diciembre, Bogotá – Colombia. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a03.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

- Jesus, R. de C. D. P. de. (2020). Narrativas implicadas sobre memória, cultura e negritude no recôncavo da Bahia. In: **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**. Salvador, v. 05, n. 14, p. 612-626, maio/ago. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/8097>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.
- Kilomba, G. (2019). **Memórias Da Plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Cobogó: Rio de Janeiro.
- Lugones, M. (2014a). Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 214 22(3): 320, setembro-dezembro, p. 935-952. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2021.
- Lugones, M. (2014b). Colonialidad y Género: hacia um feminismo descolonial. In: Mignolo, W. (ORG). (2014). **Género y decolonialidad**. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo. p. 13-42.
- Maldonado-Torres, N. (2019). Analítica da colonialidade e decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (ORGs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica. p. 27-53
- Marques, P. M. & Genro, M. E. H. (2016). Por uma ética do cuidado: em busca de caminhos descoloniais para a pesquisa social com grupos subalternizados. In: **Estud. sociol.** Araraquara v.21 n.41 p.323-339 jul.-dez. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/8506>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.
- Meihy, J. C. S. B.; Holanda, F. (2015). **História oral: como fazer, como pensar**. 2ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto.
- Moura, R. P. dos S. (2020). **“A quem a escola pertence?”: Reflexões sobre as ocupações como um novo modo de produção de conhecimentos**. 247p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco: Recife.
- Mignolo, W. D. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade**, 34, 287-324. Disponível em: www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2021.
- Nogueira, C. (2001). **A análise do discurso**. Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação. Braga: CEEP.
- Oliveira, D. C. de; Almeida, L. & Oliveira, R. W. de. (2019). Pesquisa Participativa Decolonial: Movimentos de Pensamento entre Terra e Marte. In: **Rev. Polis e Psique**. 20 anos do PPGPSI/UFRGS, 107 – 127. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/97526>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

- Paiva, V. (2002). Sem mágicas soluções: a prevenção ao HIV e à AIDS como um processo de “emancipação psicossocial”. In: Parker, R.; Terto Jr., V. (Org.) **Anais do seminário: prevenção à AIDS: limites e possibilidades na terceira década**. Rio de Janeiro: ABIA.
- Parker, R. (1998). Teorias de intervenção e prevenção do HIV/AIDS. In: PARKER, R.; Terto JR., V. **Entre Homens: homossexualidade e AIDS no Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, p. 227–278.
- Santos, A. B. (2015). **Colonização, Quilombos: modos de significação**. Brasília: Ministério da Cultura.
- Santos, A. C. de H. (2020). **Modos de vida e formas de resistência de jovens homens homossexuais rurais no contexto escolar do semiárido alagoano**. 242p. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco: Recife.
- Santos, V. M. dos. (2018). Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2021.
- Silva, R. A. da. (2019). **Desigualdades e Resistências entre os/as jovens quilombolas e da periferia urbana de Garanhuns/PE**. 243p. Tese. (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco: Recife.
- Silva, R. A. da, et al. (2017). Vamos conversar?: Histórias de jovens sobre o uso de bebidas alcoólicas nas comunidades quilombolas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 12(2), 263-279. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 27 de fevereiro de 2021.